

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP)

INSTITUTO DE ECONOMIA (IE)

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E DE ECONOMIA DO TRABALHO (CESIT)

Caixa Postal 6135 - 13083-857 - Campinas - SP

www.eco.unicamp.br/cesit

E-mail: cesit@eco.unicamp.br

CADERNOS DO CESIT

(Texto para discussão n. 7)

**CRISE, TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVO-
TECNOLÓGICAS E TRABALHO
- Panorama Visto no Brasil - ***

Jorge Eduardo Mattoso **

Campinas, junho de 1992

* Trabalho apresentado ao Seminário/Taller "Integración y Desarrollo Alternativo en America Latina", Lima, Peru, 26 al 29 de febrero de 1992.

** Professor do Instituto de Economia da UNICAMP e Diretor-Adjunto do CESIT - Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho do IE/UNICAMP.

CRISE, TRANSFORMAÇÕES PRODUTIVO-TECNOLÓGICAS E TRABALHO

- Panorama visto do Brasil -

Jorge Eduardo Mattoso

1. INTRODUÇÃO

A expansão do padrão de industrialização norteamericano ou fordista e a internacionalização da produção ocorridas no pós-guerra permitiram, por um lado, a recuperação japonesa e européia, a dinamização das empresas multinacionais, o surgimento de novos países industrializados, a crescente dominância da esfera financeira e a aparição de novos produtos e processos de trabalho. Por outro lado, gestou uma nova crise, constituída por estagflação, instabilidade financeira e quedas de produtividade, que acirrou a competição internacional e a propagação de fortes movimentos de reestruturação industrial e ajustes macroeconômicos.

Esta crise dos anos 70 colocou em xeque as bases da inusitada aliança de classes forjada na anterior crise de 1929-45. Foram crescentemente questionados os vínculos entre empresários industriais/agrícolas e os trabalhadores. Empresários, cada vez mais voltados ao mercado internacional e subordinados à dinâmica financeira, afastam-se dos compromissos anteriormente definidos com os trabalhadores.¹ Estes, foram crescentemente responsabilizados pela redução da produtividade, custos elevados e pelos "obstáculos à competição" gerados pelos instrumentos regulatórios do Estado.

Desta forma, o processo de reestruturação industrial e de ajustes macroeconômicos ocorridos nas décadas de 70 e 80 serão realizados sob a égide de uma nova "modernização conservadora". O caráter restringido e concentrado das mudanças tecnológicas e uma distribuição desigual dos custos (pagos pela crise financeira dos Estados, os trabalhadores e os países

¹ Trata-se de um compromisso explícito ou implícito no qual os trabalhadores, em troca do sistema de "welfare", elevação salarial e políticas macro-econômicas orientadas ao pleno-emprego, aceitaram uma economia subordinada aos incentivos de mercado e o princípio do lucro. Os empresários, por sua vez, aceitaram a instituição de políticas regulatórias.

periféricos) e benefícios (restringidos a determinados países, empresas e indivíduos), resultantes das políticas de ajuste e reestruturação, geraram uma transformação produtiva sem "equidade".²

2. "MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA" E O TRABALHO

Uma parte significativa dos custos desta profunda alteração do padrão de industrialização nas nações capitalistas avançadas foi jogado sobre os trabalhadores, através de sua fragmentação, redução da representatividade sindical, retração do "welfare" e "flexibilização" do mercado de trabalho.

Ainda que de forma diferenciada, segundo os países tenham optado pela alternativa ultra-liberal de ajustes passivos e subordinados ou tratem-se de países de "capitalismo organizado e regulado"³ e devido às respectivas histórias econômicas e sociais, o mundo do trabalho vem sofrendo mudanças estruturais significativas, sob o manto da "modernização conservadora".

Estas transformações alteram o âmago do processo produtivo e o trabalho direta e indiretamente envolvido na produção, acentuando as características de exclusão econômica e social do sistema capitalista. Estas alterações vão afetar o conjunto do mundo do trabalho: suas relações no interior do processo produtivo, a divisão do trabalho, o mercado de trabalho, o papel dos sindicatos, as negociações coletivas e a própria sociabilidade de um sistema baseado no trabalho.

Se no início dos anos 80 este processo era apenas identificado como consequência transitória da crise, hoje - após vários anos de crescimento econômico iniciado em 1983/84 - já é compreendido em sua dimensão estrutural e tendencial, inclusive por estudos da OIT.⁴

² A este respeito, ver Tavares, M.C., Reestructuración Industrial y Políticas de Ajuste Macroeconomico en los Centros - La Modernización Conservadora -, trabalho escrito para a ONU - Organização das Nações Unidas, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, Junho de 1990.

³ Tavares, M. C., op. cit.. Trata-se de uma expressão emprestada de Hilferding para definir aqueles países, como Japão e Alemanha, cuja integração orgânica entre grandes empresas, bancos e o aparelho de Estado nacional permitiu uma alternativa mais articulada nacionalmente e de maior sucesso na reestruturação.

⁴ São inúmeros os trabalhos que hoje apontam nesta direção. Eu salientaria os trabalhos de Standing, G., Labour Regulation and Social Policy in an era of Fragmented Flexibility, Background Paper for the Seminar in the European University Institute, Italy, Dec. 1990 ou Labour Insecurity through Market regulation: legacy of the 80's, OIT, Geneva, 1991. (Mimeo).

Na realidade, este processo tem duas faces distintas. Por um lado, é desprendimento "lógico e funcional" de um novo paradigma de produção industrial de massa de bens diferenciados e do sistema integrado de produção flexível. Neste sentido, aponta inclusive para a necessidade de um novo trabalhador, mais escolarizado, participativo e polivalente (em contraposição aos trabalhadores especializados/parcelizados/ desqualificados da produção fordista). A educação, antes uma conquista das sociedades enquanto direito do cidadão, passa a responder por uma necessidade econômica, colocando um problema suplementar a países, como o Brasil, que tem níveis educacionais muito baixos.

Este novo segmento de trabalhadores localizados em empresas líderes, que valoriza sobretudo seu conhecimento técnico individual, pode até ver "humanizado" o seu trabalho e/ou ampliadas suas conquistas. Estes trabalhadores, necessários ao funcionamento permanente da nova produção capitalista (flexível, acentuadamente inovadora, em pequenos lotes, etc.) tem podido manter a garantia do emprego, manter ou até mesmo elevar seus salários, ampliar a negociação coletiva (a nível de empresa), ou assegurar seu novo caráter polivalente, com educação e treinamento permanentes.

Por outro lado, apesar do aspecto inovador deste novo segmento de trabalhadores e das relações de trabalho que necessariamente se estabelecem ⁵, êle vem se mostrando reduzido, contrastando com a ampliação do desemprego e de trabalhadores sujeitos a novas formas de trabalho, precárias ou sem nenhuma proteção social, resultantes da outra face deste processo.

Trata-se aqui de um esforço concentrado de questionamento, por parte de antigos aliados do pós-guerra - hoje submetidos à dinâmica da esfera financeira, de uma série de direitos ou conquistas dos trabalhadores e das sociedades, obtidos no ambiente internacional da bipolaridade, do Estado de Bem-Estar, das políticas econômicas de tipo keynesianas e do crescimento estável.

⁵ Diferentes estudos observam estas novas relações e as definem conceitualmente por "toyotismo", "kalmarianismo" ou "cooperação proudhoniana", como por exemplo, Boyer, R. "New Directions in Management Practices and Work Organization - General principles and National Trajectories", Helsinki, Dec. 1989 (mimeo); Leborgne, D. e Lipietz, A. "Deux stratégies sociales dans la production des nouveaux espaces économiques", Couverture Orange, N. 8911, CEPREMAP, Paris, 1989 ou Piore, M. J. e Sabel, C. F. The Second Industrial Divide, Basic Books, New York, 1984.

Este outro lado do processo de transformação do trabalho leva à sua fragmentação e gera, através de crescente **insegurança do trabalho**, a paralisia política, o defensismo estratégico e a ampliação das dificuldades em se reconstruir uma nova hegemonia.

Vejamos como se dá este processo de expansão da insegurança do trabalho, em diferentes níveis:

1. INSEGURANÇA NO MERCADO DE TRABALHO, que se dá através da ampliação da migração espacial, do desemprego estrutural, do desemprego de longa duração, da desigualdade no mercado de trabalho e de alterações mais rápidas na estrutura do emprego ("terciarização").

Efetivamente, em quase todos os países capitalistas avançados, após cerca de 8 anos de crescimento o desemprego alcançava em 1990 duas vezes os níveis das décadas de 60 e 70.⁶ Em contrapartida, ampliava-se a desigualdade, já que o desempregado mantém-se mais tempo nesta situação⁷ e tem menor cobertura da seguridade social, sendo que os mais atingidos são os jovens, os trabalhadores mais idosos ou aqueles com menor qualificação.⁸

2. INSEGURANÇA NO EMPREGO e maior fragmentação e dispersão da mão-de-obra, que se dá pela redução relativa ou absoluta de empregos estáveis ou permanentes nas empresas e pela subcontratação de trabalhadores temporários, eventuais, em tempo parcial, trabalho à domicílio, aprendizes, estagiários, etc., estes "contratados" em condições claramente precárias, sem seguridade social, assistência médica, aposentadoria, etc.⁹

Ao mesmo tempo em que aumenta a "precarização" de parcelas da mão de obra, se ampliam e consolidam mercados de trabalho "internos" e "externos" às firmas.¹⁰ Dada a crescente sobreposição de formas produtivas heterogêneas, as grandes e modernas empresas tendem a reforçar a "precarização" de parcelas da força de trabalho quando preferem subcontratar parte de

⁶ Obviamente, com a recente recessão, estes números ampliaram-se: nos países da OCDE encontram-se hoje desempregados cerca de 30 milhões de pessoas e na CEE são mais de 15 milhões os atuais desempregados.

⁷ Na França, um dos países mais afetados por esta forma de desemprego, o tempo médio de desemprego em 1979 era de menos de 150 dias, enquanto em 1989 se elevava a mais de 380 dias. Na CEE, em 1973 apenas 15% dos desempregados alcançavam mais de um ano nesta condição, em 1990 cerca de 50% dos 15 milhões de desempregados tinham mais de um ano de desemprego. In Perspectives de l'emploi, OCDE, Paris, 1983, 1985 e 1989 e Eurostat, Labour Force Surveys, 1981-91.

⁸ OCDE e Eurostat ops. cit., CFDT Aujourd'hui, Emploi et Marchés du Travail, N. 102, Paris, sept. 1991 e EURO INST, L'Avenir du Travail, Institut Syndical Europeen, CES, Bruxelles, Dec., 1990.

⁹ A este respeito ver Burtless, G. A future of Louzy Jobs? The changing structure of US wages, The Brookings Institution, Washington, 1990.

¹⁰ In Marsden, D., "Collective bargaining and industrial adjustment in Britain, France, Italy and West Germany", in Duchêne, F. e Shepherd, G. (Editors), Managing Industrial Change in Western Europe, Frances Pinter (Publishers) Limited, London, 1987 e Piore, M.J., "Economic fluctuation, job security, and labor market duality in Italy, France and the United States", in Politics and Society, Vol. 9, No. 4, 1980.

sua mão-de-obra de pequenas empresas que, em grande parte, fazem parte de uma "economia informal".

3. INSEGURANÇA NO POSTO DE TRABALHO, através da ampliação das substituições de posto ou de conteúdo do trabalho dos empregados, muitas vezes a partir de decisões unilaterais ou a partir de "negociações" individuais. A maior flexibilidade dos horários e da jornada de trabalho reduzem - quando não desaparecem - os tempos mortos de "descanso".

4. INSEGURANÇA DE RENDA. Através da contratação em condições de eventualidade e da deterioração do mercado de trabalho os rendimentos tornam-se variáveis, instáveis ou sem garantia.

Na maioria dos países capitalistas avançados se observa o distanciamento do poder aquisitivo dos assalariados e a produtividade com o rompimento da relação salário/produtividade até recentemente vigente.

Mesmo entre os trabalhadores estáveis esta relação é alterada. O rendimento deste trabalhador pode ser maior do que o dos demais trabalhadores - para assegurar sua responsabilidade, integração e identificação com a empresa - mas não guarda relação com a produtividade.¹¹

5. INSEGURANÇA DAS RELAÇÕES DE TRABALHO, através do movimento tendencial da negociação e regulação do trabalho em direção à formas mais individualistas e promocionais, em contraposição às anteriores tendências coletivas e de proteção.

O salário, por exemplo, tende a reduzir sua participação, enquanto crescem os ganhos ou prêmios relativos à qualidade, participação, etc., gerando formas de contratação cada vez mais individualistas.¹² É evidente que este movimento se expressa diferentemente segundo o país, nível de participação dos trabalhadores, sindicalização e capacidade das organizações sindicais em enfrentar criativamente os desafios da flexibilização. No entanto, aponta para um problema crescente: a negociação coletiva encontra-se frente ao desafio da expansão dos trabalhadores

¹¹ Mertens, L. Crisis Económica y Revolución tecnológica, Ed. Nueva Sociedad, Caracas, 1990.

¹² Standing, G., op. cit.

precários e subcontratados e, conseqüentemente sob risco da explosão jurídica do contrato coletivo de trabalho.¹³

6. INSEGURANÇA DA REPRODUÇÃO DO TRABALHO. Através da redução das necessidades de trabalho vivo, redução dos gastos sociais do Estado e da ampliação das formas de insegurança anteriores, ampliam-se as desigualdades sociais e surgem "novos" excluídos sociais e econômicos no seio mesmo dos países capitalistas avançados.

Sem dúvida, naqueles países que adotaram políticas ultra-liberais esta questão assume maiores proporções. No caso da Inglaterra, por exemplo, em 1989 a desigualdade da renda foi maior que em 1889 (sic !), primeiro ano da realização de uma pesquisa de rendimentos confiável.¹⁴ Nos EUA, os salários reais médios dos trabalhadores industriais no final dos oitenta estavam abaixo do nível de 1973 e a porcentagem da renda nacional recebida pelos 20% mais ricos e pelos 20% mais pobres tornou-se mais desigual que em 1950.¹⁵

7. INSEGURANÇA DA ORGANIZAÇÃO SINDICAL. Estas tendências anteriores tem acentuado a fragmentação dos trabalhadores, colocado suas organizações na defensiva, enfraquecidos suas práticas reivindicativas, de conflito e negociação e reduzido seus níveis de sindicalização¹⁶. Estes fatores terminam por reduzir a importância dos sindicatos na vida dos trabalhadores e da sociedade e, em contrapartida, fortalecer o processo de exclusão econômica e social.¹⁷

Ao final de cerca de uma década de transformações na esfera tecnológica, produtiva e do trabalho alterou-se também a divisão internacional do trabalho, como corolário do esforço bem sucedido de reestruturação industrial de vários países europeus e asiáticos, sobretudo Alemanha e Japão, que passam a liderar importantes áreas do globo estruturadas em blocos que concentram cada vez maiores porções dos fluxos financeiros e comerciais.

¹³ Kravaritou-Manitakis, Y. *New Forms of Work: Labour Law and Social Security Aspects in the European Community*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, Ireland, 1988.

¹⁴ Standing, G., *op. cit.*

¹⁵ Burtless, G. *op. cit.* e *A call for Action, Communique of leaders attending the Peoples Summit*, Houston, 1990.

¹⁶ Freeman, R. "On the divergence of Unionism among Developed Countries" in Brunetta, R. e Dell'Aringa, C. (Editors) *Labour Relations and Economic Performance*, Macmillan Press, London, 1990.

¹⁷ Estes elementos podem ser encontrados em maior ou menor grau nos países capitalistas desenvolvidos, já que dizem respeito à "nova" dinâmica do sistema. Entretanto, voltamos a insistir, em cada país seu impacto foi distinto, sobretudo devido aos mecanismos sociais e às modalidades de articulação de suas estruturas econômicas frente à crise.

A bipolaridade constituída no pós-guerra também é colocada em xeque. Os países "socialistas" entram em crise e se desintegra o "bloco do leste" e a própria União Soviética. Os EUA vêem questionada sua hegemonia econômica, mas mantêm-se hegemônicos nos campos diplomático e militar. Buscam recompor-se através da constituição do bloco econômico com o Canadá e o México, de uma renovada pressão sobre a ONU e demais organismos internacionais (FMI, BID, BIRD, etc.), recuperação do papel de gendarme internacional e controle de novas atividades bélicas visando a consolidação de uma Pax Americana, e através do patrocínio (sobretudo para os outros, é claro!) de políticas ultra-liberais de ajuste automático do balanço de pagamentos e de desregulação.

Em contrapartida, ampliou-se a marginalização de amplas áreas do globo com o virtual colapso das economias periféricas e o aprofundamento da crise da dívida externa enfrentada - sobretudo - pelos países da América Latina. Os resultados de mais de uma década de estagnação dos países periféricos foram: o aumento da miséria e degradação das condições de vida e de trabalho,¹⁸ o seu distanciamento crescente dos países capitalistas centrais, a nível tecnológico e produtivo, e sua marginalização dos centros financeiros, comerciais e de poder internacionais.¹⁹

Frente a problemas econômicos e sociais desta magnitude, os sindicatos, movimentos populares e partidos políticos progressistas dos países centrais ainda se encontram na defensiva. Com a rediscussão da questão nacional, de alternativas de desenvolvimento econômico, social e ecológico sustentados e de nova crítica a um sistema social que agrava desigualdades e produz exclusão, estas forças buscam reorientar sua ação política. No entanto, ainda não foram capazes de criar uma alternativa para suas sociedades que aponte para uma nova hegemonia, que extrapole a classe operária e seus tradicionais aliados e incorpore novos agentes sociais e outras contradições situadas além do local de trabalho e do processo de valorização.

¹⁸ Em 1990 o número de pessoas vivendo abaixo do limite de pobreza na América Latina alcançou 204 milhões, ou seja, 40% da população e 44% da força de trabalho estava desempregada ou subempregada. Os níveis de degradação das condições de vida e trabalho podem ser conferidos no relatório "Nossa Própria Agenda", Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e do Caribe, PNUD/BID, 1991.

¹⁹ A situação atual não parece favorável a uma integração exitosa e dinâmica da América Latina na economia internacional. Além de uma improvável integração com os EUA (seja pela falta de recursos do governo norte-americano, seja pela crise da dívida externa), a A.L. só vem implementando uma difícil integração parcial no Cono Sul ou a tentativa individual de encontrar "nichos de mercado" e de privilegiar relações particulares com países de excedentes de capitais e de mercados complementares. Ver Tavares, M. C., op. cit.

O recente processo recessivo e um sentimento mais generalizado de **insegurança** sob a "modernização conservadora" vem colocando dois "novos" elementos. Por um lado, o renascimento do espectro do nacionalismo, dos movimentos de extrema direita, do chauvinismo e da xenofobia em ambos lados do atlântico norte. Por outro, até mesmo nos EUA e na Inglaterra se deixa de lado o discurso neo-liberal e se busca outros caminhos, inclusive com o apelo - ainda tímido - em direção a uma maior participação do Estado na questão social, nos investimentos de infra-estrutura, na educação e no treinamento, em política industrial e C & T, etc..²⁰

3. CRISE E TRABALHO NO BRASIL.

Para o Brasil e suas forças de esquerda a discussão destas questões é fundamental. A crise em que estamos submersos por tantos anos tem, muitas vezes, imposto uma dinâmica "conjunturalista" e impedido de ver com clareza as transformações por que passa o mundo e a forma que deverão assumir nossas relações com a comunidade internacional. No entanto, torna-se cada vez mais evidente que a forma a ser encontrada para a saída da crise irá nortear o padrão de desenvolvimento econômico e social do futuro.

O Brasil do pós-guerra, em menos de 30 anos transformou-se em uma economia urbana e industrial, complexa e integrada, mas profundamente excludente e desigual. A ditadura militar instalada em 1964 impediu pela força a organização popular e sindical e favoreceu o processo de concentração da renda nacional. Em meados da década de 70 o movimento sindical rompe com as barreiras da repressão e da política econômica do regime militar e assume um papel até então inusitado na história do país. As grandes greves de 78 e 79 e o "movimento das Diretas Já" em meados da década seguinte contou com a participação organizada de um novo e significativo proletariado urbano.

Ao contrário da maioria dos países avançados e da América Latina, os anos 80 foram, para o sindicalismo brasileiro e para as forças progressistas, anos de dinamismo e de conquista de reconhecimento social. Por um lado, foram reconquistados direitos, organizaram-se centrais

²⁰ Até mesmo uma revista como a TIME em seu numero de 13 de janeiro de 1992 pergunta em sua matéria de capa "Does America need a New Deal for the nineties ?"

sindicais e ampliou-se a sindicalização. Por outro, a candidatura de Lula e a constituição de uma inédita aliança de forças progressistas que quase chega à presidência do país de 1989, na primeira eleição presidencial pós-regime militar, indicariam o crescimento do movimento popular e das forças de esquerda.

No entanto, apesar do avanço e dinâmica observados ao longo da década de 80, as forças de esquerda não conseguiram impedir a ofensiva conservadora e reverter a grave crise econômico-social que se estende até nossos dias. Não menos importante, a extensão e profundidade desta crise nos primeiros anos da década de 90 também atinge as bases sociais das forças de esquerda (trabalhadores organizados, movimentos populares e classe média urbana), iniciando um processo de fragmentação e de favorecimento às saídas individualistas e conservadoras.

Mas que crise é esta ?

A partir de 1974, com a reversão do ciclo expansivo já haviam indicações dos limites do modelo baseado na produção de bens de consumo duráveis com concentração da renda. A partir do início da década de 80 a economia brasileira - cada vez mais internacionalizada e com sua dinâmica limitada pela exclusão e concentração da renda - também vai "perder" a trajetória de crescimento acentuado e de expansão do PIB per capita obtidas desde o pós-guerra.

A gestão passiva e conservadora ao longo dos anos 80 foi solidária com os grandes credores internacionais e sua lógica financeira e evitou quaisquer mudanças estruturais. O objetivo primeiro foi pagar a dívida externa seguindo o receituário conservador: promovendo ajustes recessivos, acentuando a "competitividade espúria" ²¹ de nossas exportações com a ampliação de subsídios, dificultando ainda mais as importações, elevando juros para assegurar a rolagem da dívida interna, favorecendo - assim - a estagnação tecnológica e condenando partes significativas da estrutura industrial à virtual obsolescência em que hoje se encontra. Os seguidos planos de estabilização - ortodoxos ou heterodoxos, mas sempre unilaterais e voluntaristas, desprovidos de um projeto negociado de um novo padrão de desenvolvimento para o país - não conseguiram impedir a persistência da inflação e a expansão das incertezas.

²¹ Segundo Fajnzylber, F., *Competitividad internacional: objetivo de consenso, tarea ardua*, Santiago de Chile, 1988 (Mimeo).

O governo Collor assume com o compromisso de eliminar a inflação e abrir uma nova era de estabilidade e crescimento. No entanto, a subordinação ao paradigma liberal e as características voluntaristas e anti-negociais fizeram com que os novos planos de estabilização apenas adiassem a explosão de preços sem articular com a sociedade os parâmetros de um novo padrão de crescimento, indispensável à uma estabilização duradoura.

A crise dos anos 80 e que se prolonga até hoje é uma crise de esgotamento de um padrão de desenvolvimento excludente e incapaz de dar conta da incorporação dinâmica à economia internacional. Isto significa que para a retomada do crescimento e da industrialização torna-se necessário reordenar-se os parâmetros de produção, acumulação e consumo, restaurando-se as condições de funcionamento do Estado, redefinindo-se o padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, modificando-se as normas de incorporação do progresso técnico e as formas de inserção internacional do país, iniciando-se um processo de desconcentração da renda e reorientando o conjunto das relações de trabalho.

No campo do trabalho, como em outros, o Brasil tem que enfrentar, praticamente ao mesmo tempo, problemas presentes resultantes do seu passado histórico e problemas do futuro. Como problemas resultantes do passado podem ser identificados, entre outros: a exclusão social e a concentração da renda e da propriedade urbana e rural, a demanda ainda elevada de postos de trabalho - 25 milhões nesta década e na próxima - apesar da transição demográfica e da redução das taxas de fecundidade e natalidade, a heterogeneidade do mercado de trabalho e a persistência de elevados níveis de subemprego e de baixos salários, a legislação trabalhista que ainda permanece de cunho corporativo, ausência de contrato coletivo de trabalho, sindicatos relativamente pouco organizados no interior da fábrica e com propostas ainda reativas, centrais sindicais combativas mas recentes e com poucas oportunidades de negociação²² e um empresariado acostumado a não dividir poder e resistente à negociação direta, seja a que nível for (da empresa, do setor ou nacional).

²² Para uma análise do desenvolvimento recente do sindicalismo brasileiro e de seus desafios ver Mattoso, J.E. e Oliveira, M. A., "Le Tournant des années 90", Revue M, No. 42, Paris, Dezembro de 1990 ou, em outra versão, "Desenvolvimento Excludente, Crise Econômica e Desafios do Sindicalismo Brasileiro", in São Paulo em Perspectiva, Fundação SEADE, Vol. 4, No. 3/4, SP, 1991.

Como problemas do futuro estão todas as conseqüências das recentes transformações financeiras, produtivas e tecnológicas. Suas repercussões sobre o mundo do trabalho dos países centrais, mesmo naqueles que rejeitaram o ajuste passivo, vem sendo intensas (flexibilização de máquinas, equipamentos e organização industrial, desemprego estrutural, expansão de mercados de trabalho duais, fragmentação e dispersão da mão-de-obra, expansão de postos de trabalho precários, novas exigências de qualificação de parcela da mão-de-obra através da educação, treinamento e reciclagem permanentes, etc.).

Imaginemos agora grosso modo três diferentes cenários alternativos e como se resolveriam - ou não - estes problemas.

O primeiro cenário é o da estagnação e de fortalecimento dos setores rentistas, vinculados à especulação e ao setor financeiro internacional. É o cenário da crise que não desata. Seria a manutenção do padrão de desenvolvimento anterior, com insignificantes alterações nas normas de produção, acumulação e consumo, preservação das deficiências estruturais resultantes da fase de substituição de importações, desindustrialização acentuada e deterioração das condições gerais de vida e trabalho existentes. Este cenário seria uma trágica reprodução da década de 80, onde o Brasil se manteria marginalizado das transformações recentes e dos principais fluxos comerciais, financeiros e tecnológicos mundiais. Nesta hipótese seriam mantidas as principais características das atuais relações capital/trabalho e se agravariam as condições de fragmentação social.

O segundo cenário é o passivo e subordinado, semelhante àquele propugnado pelos EUA e adotado como paradigma pelos principais organismos financeiros internacionais. Defendido pelas autoridades econômicas do governo Collor e orientado pelo paradigma liberal, identifica as bases da crise nos obstáculos interpostos pelo Estado, Sindicatos e Oligopólios ao livre funcionamento dos mecanismos de mercado e no tratamento diferenciado dados aos capitais de origem nacional e estrangeira. Suas palavras-de-order são a liberalização, privatização e desregulação. Em sua versão pessimista este cenário desembocaria no primeiro, já que suas políticas se chocariam com a realidade das atuais tendências da acentuada concorrência internacional e do desenvolvimento excludente e heterogêneo do país. Em sua versão otimista este cenário se deslocaria em direção à "via chilena", ou seja, uma via onde a deterioração das condições sociais e o renascer do

autoritarismo se daria pari passu com o dismantelamento de setores produtivos internos. Nesta hipótese seria possível o surgimento de algumas "ilhas de excelência e produtividade" em meio ao sucateamento industrial e ao agravamento das desigualdades sociais e regionais. A sociedade brasileira se veria, então, não somente frente aos problemas do atraso mas também frente aos problemas de uma nova "modernidade selvagem". Nas condições brasileiras (economia e sociedade industrial, urbana, fechada, heterogênea e desigual) o "sucesso" do neo-liberalismo não superaria o passado de atraso ou se estenderia ao conjunto do país, mas apenas consolidaria eventuais "nichos de mercado" e ampliaria, portanto, as desigualdades sociais e regionais.²³ Este cenário, no entanto, acentuaria a fragmentação das bases populares, sobretudo dos trabalhadores, de maneira até mais profunda que a observada nos países avançados que optaram pelo ultra-liberalismo. Tal situação poderia ser compatível com alguma negociação de parcelas atrasadas e corporativas do movimento sindical com setores industriais incorporados às "ilhas de excelência e produtividade", através de eventuais acordos coletivos localizados e por empresa.

O terceiro cenário é o ativo/negociado, que visaria enfrentar as extraordinárias dificuldades do presente para resolver as conseqüências do passado de atraso e do futuro de "modernidade". Trata-se da negociação de um verdadeiro projeto nacional, objetivando articular a formação de um bloco social "produtivo-distributivo" capaz de enfrentar os desafios da Terceira Revolução Industrial e a gestação de um novo padrão de desenvolvimento com distribuição de renda.

Além das condições impostas pelas transformações estruturais em curso nos países capitalistas, a trajetória recente da economia, Estado e sociedade brasileiras indicam dificuldades significativas para a consolidação deste terceiro cenário. Sem dúvida, o esgotamento do processo de substituição de importações e do padrão de financiamento doméstico e internacional da economia, as condições de funcionamento de um Estado cartorial e privatizado, e o incipiente processo de democratização de uma sociedade heterogênea e de fortes traços corporativos e autoritários são obstáculos maiores.

²³ Se as mudanças em curso nos países avançados (com economias e sociedades mais homogêneas, com tradição democrática e abertas) foram capazes de afetar de maneira tão intensa as condições de produção e de trabalho daqueles países, bem podemos imaginar o seu impacto em uma sociedade como a nossa.

Quando vemos as condições internacionais e as dificuldades brasileiras este terceiro cenário parece utópico e seus obstáculos intransponíveis. No entanto, pode ser aceitável a sociedade gerada nas hipóteses anteriores, com tudo que ela representa de exclusão social e de riscos de retrocesso democrático e fortalecimento do corporativismo e do autoritarismo? E os problemas do futuro, duramente enfrentados por sociedades sem os nossos problemas estruturais não merecem ser encarados de frente?

O enfrentamento destas questões do presente tendo em vista a superação das condições de atraso do passado e os efeitos de exclusão do futuro é o grande desafio deste cenário. Em outras palavras, trata-se de assegurar a reestruturação industrial e a incorporação dinâmica e não-subordinada do Brasil à economia internacional com democracia e equidade.

No entanto, a solução deste grande desafio, nas condições do Brasil e do mundo de hoje, não estará na exclusividade de algum dos modelos ou tendências até hoje existentes. Neste cenário se constituiria uma nova e distinta negociação social, que permitisse articular - ainda que lentamente - as forças sociais capazes de "sacudir a poeira" e, no futuro, "dar a volta por cima".

Neste caso, dado que a economia capitalista moderna vem reduzindo mais rapidamente a incorporação do trabalho vivo e do direito a um trabalho economicamente útil e remunerado, este compromisso permitiria sua evolução futura na direção da formação de uma nova hegemonia, que incorpore também novos atores sociais, ações/relações não econômicas e uma nova divisão do produto social. Somente esta nova divisão do produto social poderia garantir a efetiva incorporação dos miseráveis e excluídos do passado e do futuro, não exclusivamente através do Estado como no fordismo, mas através da redução da jornada de trabalho e do desenvolvimento de ocupações úteis do ponto de vista social, ainda que diferentes do trabalho em seu sentido tradicional (assalariado).²⁴

Nas condições brasileiras esta negociação social se, por um lado, deve ter por eixo os trabalhadores organizados, por outro, não pode ter por aliados exclusivos seja os camponeses (na versão leninista) ou os "modernos" empresários industriais / agrícolas (na versão social-democrata). A primeira versão não tem base real na sociedade brasileira, basicamente urbana e profundamente

²⁴ Como, por exemplo, o trabalho doméstico e atividades autônomas.

heterogênea. A segunda versão tampouco pode ser aplicada ao Brasil. Se bem a manutenção da crise nacional já tenha produzido algumas defecções importantes,²⁵ há que se considerar que parcelas consideráveis dos "modernos" empresários industriais e agrícolas preferiram assegurar sua incorporação ao mercado internacional através de políticas defensivas e subordinadas, reduzindo à retórica o antigo eixo nucleador das alternativas nacionais empresariais: o crescimento econômico.

Na verdade, sem a incorporação à produção e ao consumo dos miseráveis e excluídos de nossa sociedade e a articulação com determinados setores considerados "atrasados" - e, portanto, com contradições imediatas com o neo-liberalismo -, a simples aliança dos trabalhadores organizados com o "moderno empresariado" nas atuais condições de privatização do Estado e de subordinação do setor produtivo à esfera financeira nacional e internacional, poderia não gerar a transformação produtiva com crescimento e equidade que desejamos, mas um outro modelo econômico cujas "ilhas de excelência e produtividade" não ocultariam a maior heterogeneidade, concentração da renda e exclusão social.

Às forças progressistas um duplo desafio se coloca. Por um lado, ter a capacidade de romper com dogmas e corporativismos e, por outro, recuperar a democracia não apenas como valor fundamental e elemento constitutivo da sociedade futura, mas também enquanto espaço de criação de novos direitos e de crítica social.

Só a resolução de ambos desafios e a defesa de uma ampla articulação social e política de um bloco "produtivo-distributivo" visando sair da crise de maneira democrática e negociada, assegurar a integração paulatina dos excluídos e a defesa da nação em um novo e indispensável processo de inserção internacional será capaz de galvanizar a sociedade em torno de um projeto.²⁶ A saída da crise em torno de um projeto nacional poderá, então, "sem medo de ser feliz" abrir as portas para a redefinição de uma nova e criativa hegemonia transformadora.

²⁵ A este respeito é sintomática a disputa que se trava atualmente nas eleições da FIESP (Federação da Indústria do Estado de São Paulo), onde pela primeira vez se colocam posições divergentes quanto ao neo-liberalismo, papel do Estado, política industrial, de ciência e tecnologia, etc.

²⁶ Embora aqui não seja o momento de se discutir as características e propostas passíveis de incorporar este projeto nacional, cabe salientar alguns eixos/reformas indispensáveis: Estado, dívidas externa e interna, tributária e fiscal, agrária e urbana, industrial, ciência e tecnologia, educação, saúde pública e previdência social. A este respeito ver a discussão destas questões na fase inicial da campanha presidencial de 1989 em Weffort, F. C. (org.) PT - Um Projeto para o Brasil, 2 Vols., Ed. Brasiliense, SP., 1989; o Programa de Ação de Governo da campanha Lula (mimeo. e fascículos) e a recente contribuição de Cano, W. Reflexões para uma política de resgate do atraso social e produtivo do Brasil na década de 90, CEDE/IE/UNICAMP, Campinas, out. 1991.